**FORMULÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| **ARQ** |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: | [Empresa] |
| Profissão: | [Fax da Empresa] |
| Estado civil | [Email da Empresa] |
| CPF n. | [Status] |
| Rua | [Endereço da Empresa] |
| Número | [Palavras-chave] |
| Bairro | [Categoria] |
| CIDADE | [Comentários] |
| UF | [KeyPoints] |
| CEP | [Resumo] |
| telefone(s) | [Telefone da Empresa] |
| Ação | [Assunto] |
| Parte adversa | [Gerente] |
| DATA | [Data de Publicação] |

**PROCURAÇÃO -**

***Finalidade especifica: [Assunto]***

Por este instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE**[Empresa],**brasileiro, estado civil **[Email da Empresa]** **,** profissão **[Fax da Empresa]** inscrito(a) no CPF n. **[Status]**, residente e domiciliado(a) na **[Endereço da Empresa]**, n. **[Palavras-chave]**, bairro **[Categoria]**, cidade de **[Comentários]**, UF **[KeyPoints]**, CEP **[Resumo]**, **telefone [Telefone da Empresa]** , confere ao(s) **OUTORGADO(s) LUCIANO PRIM**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC n. 48.279, RG n. 2.904.379 SSP/SC, CPF n. 908.847.609-87, com endereço profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP 88131-680, e-mail: prim.adv.jus@gmail.com;

**MAURICIO FREDOLINO RAMOS**, brasileiro divorciado, inscrito na OAB/SC sob o nº 56.229, CPF 715.927.689-20, com escritório profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, sala 03, Rio Grande, Palhoça/SC, CEP 88131-680, e-mail: mauricioramos.adv@gmail.com;

**JOSÉ FERNANDO MONTEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC n.51.953, RG n. 3758002 SSP/SC, CPF n. 748.813.960-72, com endereço profissionalna Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP88131-680, e-mail: jfmonteiro.adv@gmail.com;

**FABRICIO NIENDICKER**,CPF n. 016.541.750-13, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 52.295, ambos com escritório profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, sala 01, Rio Grande, Palhoça/SC, CEP 88131-680, e-mail: fabricio.niendicker.adv@gmail.com;

**ANDRÉ LUIZ SAGAZ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC n. 50.127, RG n. 4.762.366 SSP/SC, CPF n. 053.104.049-61, com endereço profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP 88131-680, e-mail: prim.adv.jus@gmail.com;

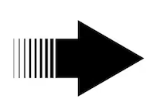
plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicia et extra”, em qualquer esfera, Juízo, Instância ou Tribunal, para representá-la e tratar de assuntos referentes à(o) **[Assunto],**com poderes especiais para transigir, desistir, conciliar judicial e extrajudicialmente, confessar; reconhecer a procedência do pedido;  renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação ou procedimento; criar senhas; consultar saldos; realizar ou alterar cadastros; receber; dar quitação; levantar ou receber alvarás; requerer e receber senha ou chave do processo ou procedimento; firmar compromisso; assinar declaração de hipossuficiência econômica conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015); assinar termos, livros ou quaisquer outros documentos relativos àquele processo; EXCETO RECEBER CITAÇÕES; podendo propor contra quem de direito as ações ou procedimentos competentes e defendê-lo(a) nas contrárias, judiciais ou administrativas, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando; conferindo-lhe, ainda, os poderes para praticar todos os atos do processo, especialmente emendar a petição inicial;adequar a inicial ao procedimento comum, especial, sumário ou sumaríssimo; agir em conjunto ou separadamente, substabelecer, com ou sem reservas de iguais poderes; podendo praticar todos os atos processuais ou procedimentais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

E ainda:

Levantar ou receber RPV e ALVARÁS; requerer e receber senha ou chave do processo ou procedimento; assinar toda e qualquer petição, tais como requerimento inicial, emenda, aditamento, retificação, petições de juntada de documentos e de esclarecimentos, pedidos de intimações, publicação de editais; conferindo, ainda, poderes para praticar todos os atos do processo, especialmente emendar a petição inicial; adequar a inicial ao procedimento comum ou especial; e ainda podendo, em razão disso; requerer informações ao INSS; requerer acesso ao processo administrativo; requerer justificação administrativa; produzir provas; fazer defesa prévia e alegações; interpor e arrazoar recursos ou remédios constitucionais; arrolar testemunhas; requerer diligências; requerer, propor e aceitar reafirmação da DER; requerer designação ou redesignação de audiência; Praticando todos e quaisquer atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato, assegurando a ampla e irrestrita defesa do segurado/requerente.

Expressamente, fica desde já autorizada a coleta, armazenamento, acesso e tratamento dos dados necessários ao desempenho do trabalho contratado, conforme as regras estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de dados (**[LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.709-2018?OpenDocument)**), das quais declaro conhecimento.

Palhoça, **[Data de Publicação]**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Empresa] , CPF/CNPJ n. [Status]**

******

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO XXII

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

**Dados do outorgante (segurado/dependente)**

Nome: **[Empresa]**

Nacionalidade: **brasileiro(a)**

Estado Civil: **[Email da Empresa]**

CPF: **[Status]**

Profissão: **[Fax da Empresa]**

Endereço: **[Endereço da Empresa]**, n. **[Palavras-chave]**, bairro **[Categoria]**, cidade de **[Comentários]**, UF **[KeyPoints]**, CEP **[Resumo]**

​

**Dados do outorgado (procurador)**

LUCIANO PRIM, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC n. 48.279, RG n. 2.904.379 SSP/SC, CPF n. 908.847.609-87, com endereço profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP 88131-680, e-mail: prim.adv@bol.com.br;

MAURICIO FREDOLINO RAMOS brasileiro divorciado, inscrito na OAB/SC sob o nº 56.229, CPF 715.927.689-20, com escritório profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, sala 03, Rio Grande, Palhoça/SC, CEP 88131-680, e-mail: mauricioramos.adv@gmail.com.

O(A) outorgante nomeia e constitui o(a) outorgado(a) seu bastante procurador a quem confere poderes especiais para representá-lo perante o INSS, bem como usar de todos os meios legais para o fiel cumprimento do presente mandato com os fins específicos de:

cadastro de senha para informações previdenciárias pela internet.

comprovação de vida junto à rede bancária.

receber mensalidades de benefícios, receber quantias atrasadas e firmar os respectivos recibos, devido à:

incapacidade do outorgante em se locomover ou ser portador de moléstia contagiosa.

ausência devido à viagem dentro do país pelo período de:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

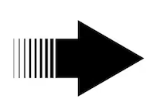
ausência devido à viagem ao exterior pelo período de:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

residência no exterior (qual país? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ).

requerer benefícios, revisão e interpor recursos.

requerer: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Local: Palhoça    Data: **[Data de Publicação]**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Empresa] , CPF/CNPJ n. [Status]**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, comprometo-me a comunicar ao INSS qualquer evento que possa anular a presente procuração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que o evento ocorra. Os eventos a comunicar são: óbito do titular/dependente do benefício ou cessação da representação legal.

Estou ciente de que o descumprimento do compromisso ora assumido, além da obrigação à devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, estarei sujeito às penalidades previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal.

*Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.*

*Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.*

*Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

Local: Palhoça    Data: **[Data de Publicação]**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do procurador)

**CONTRATO DE HONORÁRIOS**

**QUALIFICAÇÃO**: **[Empresa],**brasileiro, estado civil **[Email da Empresa]** **,** profissão **[Fax da Empresa]** inscrito(a) no CPF n. **[Status]**, residente e domiciliado(a) na **[Endereço da Empresa]**, n. **[Palavras-chave]**, bairro **[Categoria]**, cidade de **[Comentários]**, UF **[KeyPoints]**, CEP **[Resumo]**, **telefone [Telefone da Empresa]**, doravante denominado(a) CONTRATANTE, de outro lado, como CONTRATADO(s):

**LUCIANO PRIM**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC n. 48.279, RG n. 2.904.379 SSP/SC, CPF n. 908.847.609-87, com endereço profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP 88131-680, e-mail: prim.adv.jus@gmail.com;

**MAURICIO FREDOLINO RAMOS**, brasileiro divorciado, inscrito na OAB/SC sob o nº 56.229, CPF 715.927.689-20, com escritório profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, sala 03, Rio Grande, Palhoça/SC, CEP 88131-680, e-mail: mauricioramos.adv@gmail.com;

**JOSÉ FERNANDO MONTEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC n.51.953, RG n. 3758002 SSP/SC, CPF n. 748.813.960-72, com endereço profissionalna Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP88131-680, e-mail: jfmonteiro.adv@gmail.com;

**FABRICIO NIENDICKER**,CPF n. 016.541.750-13, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 52.295, ambos com escritório profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, sala 01, Rio Grande, Palhoça/SC, CEP 88131-680, e-mail: fabricio.niendicker.adv@gmail.com;

**ANDRÉ LUIZ SAGAZ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC n. 50.127, RG n. 4.762.366 SSP/SC, CPF n. 053.104.049-61, com endereço profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP 88131-680, e-mail: prim.adv.jus@gmail.com;

Podendo o(s) advogado(s) atuar(em) em conjunto ou de forma independente, têm entre si, justo e contratado, o que mutuamente aceitam e outorgam, com fulcro no artigo 22 da Lei nº 8.906/94, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. **OBRIGAÇÕES DO ADVOGADO**:

1.1    O advogado contratado obriga-se, diante de mandato judicial ou administrativo que lhe foi outorgado, a prestar seus serviços profissionais na defesa dos direitos do contratado no(a)  **[Assunto]**, em face de **[Gerente],** mediante a prática de todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no EOAB, desincumbindo com zelo a atividade a seu encargo, em qualquer juízo, instância ou tribunal.

1.2     A prestação de serviços objeto do presente contrato compreende todas as ações necessárias para a defesa dos direitos e dos interesses do Contratante na comarca onde tramita(rá) a ação.

1.3  O advogado contratado obriga-se manter sigilo sobre os dados do contratante, andamento processual, tema de fundo da ação, dos resultados e valores envolvidos na lide.

1.4 A atuação profissional do Advogado Contratado ficará restrita ao Juízo da causa, em Primeira Instância. A indicação de advogados para acompanhamento de recursos nos Tribunais Superiores, bem como para acompanhamento de eventuais cartas precatórias será facultada ao Contratante, caso este prefira os serviços de outros profissionais. No entanto, os honorários do patrono não poderão ser reduzidos em razão da atuação de outro profissional em momento posterior a sentença, mantendo-se os honorários contratados e o valor correspondente ao êxito na ação.

1.5 O Contratante autoriza expressamente ao Contratado, optar por não atuar ou interpor recursos que julgue incabíveis, infundados, inócuos, sem resultado prático útil e ou meramente protelatório.

1.6 O Contratado não garante o resultado favorável ao Contratante mas, compromete-se a usar de todos os meios jurídicos, legais, morais e legítimos para defender os interesses do Contratante.

1.7 **O advogado não prestará serviço de forma vitalícia**. Eventuais pedidos de contato com a parte contrária, mediação, negociação, esclarecimentos decorrentes de descumprimentos das decisões judiciais após o arquivamento da ação não estão abrangidos por este contrato e devem ser pagos ao contratado de acordo com o ato praticado.

1.8 A prática de qualquer ato não incluso no contrato pelo advogado não gera qualquer direito ao contratante, não vincula e nem obriga o profissional.

2. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**:

2.1   O Contratante declara expressamente a veracidade dos fatos narrados e reconhece ter recebido a orientação preventiva comportamental e jurídica para a consecução dos serviços, compromete-se a fornecer ao Contratado os documentos e meios necessários à comprovação processual do seu pretendido direito, para o bom e fiel desenvolvimento do objeto contratado, comprometendo-se a não 3.faltar com a verdade, sendo responsável pela idoneidade moral, legitimidade e veracidade dos documentos e afirmações que apresentar ao Contratado, devendo informar quaisquer alterações dos fatos narrados e manter dados para contato atualizados.

2.2   O Contratante é totalmente responsável pelo comparecimento nos locais e horários indicados, sendo responsável por eventual perda de prazo ou influência no resultado da ação, por não fornecer qualquer informação ou documento no tempo solicitado.

2.3 O contratante isenta o Contratado de qualquer responsabilidade administrativa, cível ou penal decorrente das suas declarações e documentos fornecidos, e compromete-se a expor os fatos conforme a verdade, usar o processo com objetivo legal e se responsabiliza por eventual condenação por litigância de má-fé ou ato atentatório a dignidade da justiça.

3. **DOS RISCOS**:

3.1   O Contratante declara ciência dos riscos de sucumbência, honorários advocatícios, honorários periciais ou multa por litigância de má-fé, independentemente da concessão do benefício da gratuidade da justiça.

3.2   O Contratante declara ter ciência de que caso receba salário/renda superior ao estabelecido como parâmetro pelo Tribunal Catarinense (ou do estado em que tramite a ação), ou caso não comprove insuficiência de recursos poderá arcar com custas processuais e outros desembolsos.

3.3 O Contratante CONFIRMA QUE NÃO LHE FOI FEITO PROMESSAS DE RESULTADO NEM ESTABELECIDO PRAZO PARA SOLUÇÃO DO PROCESSO.

3.4 O contratante declara ciência de que em caso de improcedência ou de parcial procedência dos pedidos e não sendo caso de gratuidade da justiça, poderão ser devidas pelo contratante, custas processuais ao judiciário e honorários sucumbenciais à parte vencedora.

4. **DOS HONORÁRIOS**:

4.1  Em remuneração aos serviços ora avençados, o Contratante pagará ao Contratado a verba honorária de acordo com a opção contratada:

|  |
| --- |
| **a)   HONORÁRIOS CONTRATUAIS**    **VALOR DO CONTRATO:  Equivalente a 4 (quatro) benefícios em caso de aposentadoria, ou benefício concedido pelo período maior do que 12 meses**  **b)   HONORÁRIOS SOBRE O ÊXITO**  **sim: 33% (trinta e três por cento)**  **não**  **sobre o os benefícios recebidos em atraso, RPV ou Precatórios independente do período de concessão;**  **sobre as multas, se houver.**  **PRAZO/CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO:**  da assinatura do contrato (honorários contratuais);  do trânsito em julgado da ação.  do recebimento (RECEBER)  **c)   TAXA DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO**  **sim**  **não**  **VALOR: R$ 300,00** |

4.2 O Advogado Contratado fica autorizado a deduzir, de valores por ele recebidos e devidos ao Contratante, a importância referente a honorários e despesas, mediante prestação de contas, conforme preceitua o artigo 35, §2º, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

5.**DO RECEBIMENTO**

5.1 **Em nenhuma hipótese, independente da urgência ou gravidade do motivo, o advogado antecipará qualquer valor ao cliente;**

**5.1.1 É vedado(proibido) ao advogado emprestar dinheiro ao cliente sob pena de desligamento do escritório ou multa equivalente ao dobro do que emprestou/adiantou a ser revertido em benefício aos demais advogados que atuam no escritório, sem prejuízo a responsabilização administrativa e cível conforme CEDOAB;**

**5.1.2 O cliente será inteira e exclusivamente responsável pelas informações bancárias fornecidas para o advogado que não será responsável por eventual erro/falha bancária.**

**5.1.3 O cliente que possuir conta bancária, especialmente quando em banco digital, se responsabilizará por erros relacionados ao não recebimento de valores transferidos pelo advogado, quando comprovado que a realização da transferência ocorreu sem erros;**

**5.1.4 O advogado fornecerá ao cliente comprovante de transferência (TED/DOC/PIX/Depósito em terminal ou Caixa) preferencialmente com (ID de transferência) e o cliente se responsabilizará em solucionar problemas relacionados a sua instituição financeira quando não identificar o crédito.**

**5.2 O prazo para recebimento de qualquer valor depende do pagamento voluntário da parte condenada ou do volume de trabalho da vara em que tramita o processo, ou seja, o advogado não tem qualquer intromissão na liberação de valores oriundos de alvarás; Ou seja, pressionar o advogado não fará com que o dinheiro seja liberado mais rápido.**

6. DA SUCUMBÊNCIA:

6.1 Ao final da atuação, o advogado receberá além dos valores contratados os estabelecidos a título de sucumbência. Havendo honorários de condenação (sucumbência), estes pertencerão ao Advogado, sem exclusão dos que ora são contratados, de conformidade com os artigos 23 da Lei nº 8.906/94 e 35, parágrafo 1º do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

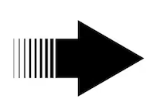
7. **DO ACORDO**:

7.1 Em caso de acordo, os honorários contratuais (êxito ou fixos) jamais ficarão abaixo do fixado na tabela de honorários da OAB/SC, sendo de responsabilidade do contratante o pagamento de eventuais diferenças.

7.2 O Contratante por meio deste contrato, declara expressamente que não poderá celebrar qualquer composição, negócios, avenças, acordos ou contratos junto à parte adversa, seus sócios, procuradores, administradores ou pessoas físicas e jurídicas que venham a integrar seu grupo econômico, sem a aquiescência do Contratado, sob pena de pagamento integral dos honorários advocatícios pactuados. No caso de honorários de êxito, o valor devido será o percentual contratado calculado sobre o valor da causa.

8. **DO INADIMPLEMENTO**:

8.1 **Em caso de inadimplemento, fica desde já e EXPRESSAMENTE autorizado o desconto diretamente em folha de pagamento ou faturamento do percentual de 15% (quinze por cento) da renda do contratante do qual renuncia expressamente o direito de impenhorabilidade.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Empresa] , CPF/CNPJ n. [Status]**

8.2 Em caso de desistência ou revogação do mandado os honorários serão devidos proporcionalmente conforme tabela abaixo ilustrada:

DA PROPORÇÃO DOS HONORÁRIOS

|  |  |
| --- | --- |
| 1. Atendimento/inicial/pedido administrativo/contestação 40% | nesta fase 40% |
| 2. Audiência de conciliação +15% | nesta fase 55% |
| 3. Replica/Manifestação +15% | nesta fase 70% |
| 4. Audiência de instrução/justificação/encerramento/sentença ou recurso ou execução +30% | nesta fase 100% |

8.3 Em se tratando de demanda trabalhista em que se discuta a rescisão indireta do contrato de trabalho, havendo a solução antes da propositura da ação por meio de acordo extrajudicial, ainda assim serão devidos os honorários advocatícios sobre o total do proveito econômico, sem excluir quaisquer valores quanto as verbas rescisórias. (décimo terceiro, salário proporcional, salários vencidos, férias acrescidas do terço constitucional, multa sob o FGTS, FGTS em atraso, aviso prévio, e demais consectários legais. E nunca ficarão abaixo do piso estabelecido pela tabela de honorários da OAB.

8.4 Quando houver cumprimento da obrigação objeto da consulta em razão da intervenção do profissional contratado, serão devidos proporcionalmente os honorários advocatícios sobre o total do proveito econômico, sem excluir quaisquer valores quanto as verbas rescisórias. (décimo terceiro, salário proporcional, salários vencidos, férias acrescidas do terço constitucional, multa sob o FGTS, FGTS em atraso, aviso prévio, e demais consectários legais e outras obrigações indenizatórias ou reparatórias em qualquer que seja o objeto da consulta/demanda. E nunca ficarão abaixo do piso estabelecido pela tabela de honorários da OAB.

9. DOS SERVIÇOS NÃO INCLUSOS:

9.1 atendimento fora do horário de expediente seja por meio envio de mensagens de resposta por meio de aplicativos eletrônicos (*SMS*, *whatsapp, facebook,Messenger, e-mail e equiparados*), bem como o atendimento de chamadas telefônicas ou equiparadas;

9.2 O atendimento nas sextas-feiras no período das14:00-18:00 é reservado APENAS para realização de audiências, perícias, diligências e outros assuntos externos.

**9.3 custas processuais/judicias, taxas de cartórios, pagamento de certidões, deslocamentos para outras comarcas, transporte do cliente, sucumbência para parte contrária, multas ou condenações FICANDO EXPRESSAMENTE AUTORIZADA A RETENÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES caso o contratante possua créditos no final processo.**Ou seja, nenhuma despesa relacionada ao processo será paga pelo Contratado. É de responsabilidade do Contratante o pagamento tempestivo de todas taxas, custas, emolumentos e ou qualquer outra despesa relacionada ao objeto deste contrato.

9.4 O Contratante se obriga a pagar antecipadamente ou imediatamente ressarcir ao Contratado eventual pagamento das custas e quaisquer despesas necessárias ao bom e rápido andamento da ação e demais procedimentos judiciais ou extrajudiciais a serem implementados na defesa de seus interesses, tais como custas e despesas judiciais, preparos recursais, emolumentos, locomoção do advogado, extração de fotocópias, despesas de correios, autenticações, expedição de certidão, gastos com telefonia, e outras que decorrem dos serviços contratados.

10. DA DESISTÊNCIA:

10.1 Considerar-se-ão exigíveis os honorários ora contratados de forma proporcional (vide tabela do item 8.2), no caso de o Contratante desistir da ação, abandonar a causa, vir a revogar ou cassar o mandato outorgado ao contratado ou a exigir o substabelecimento sem reservas (vide obrigação proporcional conforme estágio do processo/serviço prestado).

10.2 Sendo o contrato estabelecido os honorários sobre o êxito na demanda, em caso de desistência ou revogação do mandado ou substabelecimento para outro procurador, aplicar-se-á o percentual sobre o valor da causa;

10.3 Os honorários contratuais (êxito ou fixos) serão cobrados conforme pactuado e jamais ficará abaixo do fixado na tabela de honorários da OAB/SC.

10.4 No caso de o Contratante desistir da ação sem justo motivo, vir a revogar ou cassar o mandato outorgado ao contratado ou a exigir o substabelecimento sem reservas, sem que este tenha, para isso, dado causa, o Contratado terá assegurado o direito de receber eventual verba honorária de sucumbência, calculada proporcionalmente, em face do serviço prestado.

11. DA RESCISÃO:

11.1 Em caso de omissão de informação ou documentos relacionados à lide, de falsas informações ou quebra de confiança entre o contratante e o contratado, dará o direito ao Contratado de rescindir o contrato por justo motivo e exigir o pagamento do honorário conforme contratado;

11.3 O contrato será rescindido pela inadimplência.

11.4Os honorários serão devidos independente da renúncia do contratado, podendo ser concedido descontos proporcionais ao andamento do processo.

12. RESILIÇÃO DO CONTRATO:

12.1 Este contrato não poderá ser quebrado unilateralmente, sendo aplicado subsidiariamente ao Estatuto da Advocacia o artigo 421-A do Código Civil.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O presente contrato consiste em título executivo extrajudicial, e como tal é considerado pelas partes.

13.2 O(a) CONTRATANTE declara expresso CONSENTIMENTO (art. 8 da LGPD) e concede poderes para que o(a) CONTRATADO(a) OU A QUEM ELE(A) SUBSTABELECER OU CONFIAR possa coletar, divulgar, expor, publicar, tratar e compartilhar os dados necessários ao cumprimento do mandato, nos termos do Art. 7º, inc. I, V e VI da LGPD, os dados que entender necessários para cumprimento de obrigações legais, nos termos doArt.7º, inc. II da LGPD, bem como os dados, se necessários para proteção ao crédito, conforme autorizado pelo Art. 7º, inc. V da LGPD. São considerados sensíveis os seguintes dados pessoais: Que revelem a origem racial ou étnica, opiniões políticas e convicções religiosas ou filosóficas; Filiação sindical; Dados relacionados com a saúde; Dados relativos à vida sexual ou orientação sexual da pessoa; Dados financeiros ou relacionados ao crédito; Dados genéticos, dados biométricos tratados simplesmente para identificar um ser humano.

13.3 O advogado poderá utilizar sua biometria, a fotografia do seu rosto, cópia de documentos pessoais, informações de crédito, relatos íntimos, nos nossos processos, nos processos de identificação e autenticação para garantir a prevenção à fraude e a sua segurança na prestação dos nossos serviços.

13.4 Comprovada a identidade do cliente solicitante, este poderá acessar suas informações pessoais e corrigi-las sempre que achar necessário. Para isso, basta solicitar na sede do escritório ou por e-mail com confirmação de recebimento, mediante preenchimento de um formulário simples. O escritório disponibilizará no prazo de 15 dias as informações solicitadas.

13.5 Caso não concorde em como estamos utilizando algumas de suas informações, você pode solicitar a exclusão da informação. Você poderá inclusive solicitar a revisão de um tratamento de dados. Você poderá solicitar a exclusão dos seus dados pessoais e em até 15 dias. Contudo, é importante lembrar que podemos ter obrigações legais para mantermos seus dados arquivados durante um certo período.

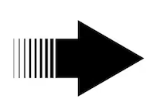
14. DO FORO

14.1 Elegem as partes o foro da Comarca de Palhoça SC, para dirimir controvérsias que possam surgir do presente contrato, sendo facultada ao advogado optar pelo foro de residência do Contratante. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, para que possa produzir todos os seus efeitos de direito.

15. O presente revoga contratos anteriores para a mesma causa.

ATENÇÃO: A assinatura do contrato não implica na obrigação do advogado de ingressar com a demanda se, após a análise minuciosa das afirmações do contratante, confrontadas com as demais provas disponíveis naquele momento, houver riscos de prejuízos ao contratante ou violar o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O que declara expressamente estar ciente e de acordo o contratante.

Palhoça, **[Data de Publicação]**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Empresa] , CPF/CNPJ n. [Status]**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Contratado**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Testemunha**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Testemunha**

Como garantidor solidário do pagamento das quantias mencionadas neste contrato, resta qualificado o avalista abaixo, sendo que o mesmo está ciente da quantia e das condições neste descritas.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Avalista / Garantidor**

**Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

​

**Notificação extrajudicial de renúncia ao mandato**

**LUCIANO PRIM**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC n. 48.279, RG n. 2.904.379 SSP/SC, CPF n. 908.847.609-87, com endereço profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP 88131-680, e-mail: prim.adv.jus@gmail.com;

**MAURICIO FREDOLINO RAMOS**, brasileiro divorciado, inscrito na OAB/SC sob o nº 56.229, CPF 715.927.689-20, com escritório profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, sala 03, Rio Grande, Palhoça/SC, CEP 88131-680, e-mail: mauricioramos.adv@gmail.com;

**JOSÉ FERNANDO MONTEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC n.51.953, RG n. 3758002 SSP/SC, CPF n. 748.813.960-72, com endereço profissionalna Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP88131-680, e-mail: jfmonteiro.adv@gmail.com;

**FABRICIO NIENDICKER**,CPF n. 016.541.750-13, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 52.295, ambos com escritório profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, sala 01, Rio Grande, Palhoça/SC, CEP 88131-680, e-mail: fabricio.niendicker.adv@gmail.com;

**ANDRÉ LUIZ SAGAZ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC n. 50.127, RG n. 4.762.366 SSP/SC, CPF n. 053.104.049-61, com endereço profissional na Rua Santa Rosa de Lima, nº 60, Bairro Rio Grande, Palhoça - SC, CEP 88131-680, e-mail: prim.adv.jus@gmail.com;

Comunica(m): RENÚNCIA A MANDATO JUDICIAL e EXTINÇÂO DE CONTRATO.

Ilmo(a). Sr(a).

**[Empresa],**brasileiro, estado civil **[Email da Empresa]** **,** profissão **[Fax da Empresa]** inscrito(a) no CPF n. **[Status]**, residente e domiciliado(a) na **[Endereço da Empresa]**, n. **[Palavras-chave]**, bairro **[Categoria]**, cidade de **[Comentários]**, UF **[KeyPoints]**, CEP **[Resumo]**, **telefone [Telefone da Empresa]**

Serve a presente para, nos termos do art. 112 do CPC c/c art. 682, inc. I, do CC, notifica-la(o) quanto à renúncia ao mandato que me/nos fora conferido com idênticos efeitos aos substabelecidos, esse adotado junto aos autos do processo **[Assunto]** nº:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e a extinção do contrato em razão da infração contratual.

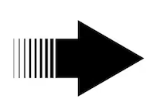
Relativamente à renúncia, a mesma se efetivará 10 (dez) dias após a ciência desta, prazo esse em que, eventualmente, atuarei(mos), ainda, como patrono na(s) causa(s). Contudo, desde que se faça necessário a evitar prejuízo.

Sem mais, abaixo subscrevo.

Respeitosamente,

Luciano Prim Advogado - OAB/SC n. 48.279 e outro(s)

**Palhoça, \_\_\_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Empresa] , CPF/CNPJ n. [Status]**

**DECLARAÇÃO DE VONTADE**

**1. Declaro EXPRESSAMENTE e de forma irrevogável que os requerimentos do procurador representam fielmente a minha intenção; que não sofri qualquer coação ou ameaça pessoalmente, por terceiros, nem por meios eletrônicos; que para essa declaração não fui vítima de fraude, simulação, vício, artimanha, que pudesse induzir em erro e que de livre e espontânea vontade manifestei minha intenção. Declaro que fui devidamente alertado(a) das consequências jurídicas e práticas do pedido, dos riscos e consequências das minhas decisões, de forma clara e em termos de linguagem acessíveis. Por fim, que tudo que acabo de declarar é a mais pura verdade e se preciso for, o repetirei em juízo, razão pela qual assino a presente declaração de forma livre e de espontânea vontade, repito: sem qualquer coação induzimento ou sugestão.**

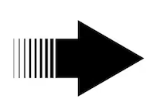
2. TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD: Através do presente instrumento, eu, ${Nome\_cliente}, brasileiro(a), estado civil ${Estado civil\_cliente}, profissão  ${Profissão\_cliente}, portador(a) do RG n. ${RG\_cliente}, inscrito(a) no CPF n. ${CPF/CNPJ\_cliente}, residente e domiciliado(a) na ${Rua\_cliente}, n. ${Numero\_cliente}, ${Complemento\_cliente} bairro ${Bairro\_cliente}, cidade de ${Cidade\_cliente}, UF ${Estado\_cliente}, CEP ${CEP\_cliente}, e-mail ${Email\_cliente} e telefone(s) ${Telefone\_cliente}, aqui denominado(a) como TITULAR, venho por meio deste, autorizar que a Luciano Prim, ou a quem este substabelecer os poderes conferidos na procuração, aqui denominada como CONTRATADO, disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7° e 11 da Lei n° 13.709/2018, conforme disposto neste termo:

O Titular autoriza o contratado a realizar o tratamento, ou seja, a utilizar os seguintes dados pessoais:  1) Nome completo; 2) Data de nascimento; 3) Número e imagem da Carteira de Identidade (RG); 4) Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); 5) Número e imagem do Título de Eleitor; 6) Número e imagem do Certificado de Reservista; 7) Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); 8) Número e Imagem do cartão de vale transporte; 9) Número e imagem do Programa de Integração Social (PIS); 10) CTPS física e/ou digital; 11) Fotografias e imagens pessoais ou de terceiros (inclusive de menores); 12) Imagem da Certidão de nascimento, Casamento ou Declaração de União Estável; 13) Imagem do Diploma de  formação (Nível de instrução ou escolaridade); 14) Endereço completo; 15) Números de telefone, WhatsApp e endereços de e-mail; 16) Banco, agência e número de contas bancárias; 17) Nome de usuário e senha específicos para uso dos serviços previdenciários ou do FGTS; 18) Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e terceiros; 19) Exames e atestados médicos admissionais, periódicos, incluídos de retorno por afastamento superior a 30 dias em caso de doença, acidente ou parto, de mudança de função, demissionais e ainda aqueles que atestem doença ou acidente; 20) Certidão de nascimento sua e dos filhos menores, Carteira de vacinação e atestado de matrícula e frequência escolar semestral sua e de seus filhos. 21) Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e o contratado; 22) Profissão; 23) Estado civil; 24) Exames, atestados e laudos médicos com diagnóstico. 25) Rendas, salários, remunerações ou ganhos. 26) Informações sobre Posses ou propriedades. 27) Informações sobre Bens móveis e imóveis.  
**Finalidade do Tratamento dos Dados**: O Titular autoriza que o contratado ou aquele que ele substabelecer, utilize os dados pessoais e dados pessoais sensíveis listados neste termo para as seguintes finalidades: a. Permitir que o contratado identifique e entre em contato com o titular, em razão do contrato realizado entre as partes; b. Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação, processual, civil, criminal, trabalhista e previdenciária, normas, circulares, atos e ou exigências administrativas; c. Para procedimentos administrativos, requerimentos, reclamações, recursos; d. Para cumprimento das obrigações impostas por órgãos de fiscalização; e. Quando necessário para a executar um contrato, no qual seja parte o titular; f. A pedido do titular dos dados; g. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, extrajudicial, administrativo ou arbitral; h. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros; i. Para a tutela da saúde em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; j. Quando necessário para atender aos interesses legítimos do contratado ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; k. Para contratação de serviços de peritos, assistentes técnicos, topógrafos, contadores, engenheiros, quando indispensáveis ou aconselháveis para a solução do processo, desde que o Titular também demonstre interesse em contratar estes serviços; l. Consultar situação de crédito quando necessário prestar a informação em processo judicial; m. Fornecer dados pessoais e sensíveis para elaboração de minutas em acordos  judiciais e extrajudiciais; n. Fornecer dados pessoais e sensíveis para obtenção de certidões ou comprovantes de renda junto ao empregador, INSS, CAGED, Detran e Registro de Imóveis; o. Fornecer dados pessoais e sensíveis para obtenção de certidões junto aos cartório de notas e protestos e de registro de pessoas naturais para obtenção de certidões atualizadas; p. Para provar direito ou realizar defesa em processo administrativo, extrajudicial  ou judicial.

OBS: O cliente autoriza EXPRESSAMENTE a divulgação em processo administrativo ou judicial de imagens pessoais e de menores dependentes (inclusive íntimas e que possa envolver  terceiros).

3. DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: Declaro ainda, para todos os fins de direito e que se fizerem necessários, que assumo total responsabilidade da veracidade das informações e documentos fornecidos ao procurador, assumo o risco e consequências de não seguir as orientações jurídicas prestadas por este, isentando-o de todo e qualquer reflexo acerca das informações, documentos e afirmações. + Declaro ainda, que ISENTO este procurador, de qualquer Responsabilidade Penal e/ou Responsabilidade Civil decorrente de atos comissivos e omissivos que por minhas atitudes venham causar danos a terceiros, ficando ao meu próprio encargo toda e qualquer responsabilidade indenizatória que possa ser pleiteada decorrente de dano material e/ou moral por fatos que venham ocorrer, nos termos do Art. 186 do Código Civil/02. + Declaro ainda estar ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso falsidade documental, testemunhal ou má-fé, comprovadas no decorrer ou posterior a contratação deste procurador. + Declaro expressamente ter ciência das consequências da renúncia e/ou cessão de eventuais direitos que vier declarar, assumindo a integral responsabilidade das minhas decisões.+ Declaro que não existe outra ação tramitando no judiciário, nem possuo outro procurador contratado para ação de mesma causa de pedir, mesmas partes e mesmo pedido. + Declaro que havendo outro procurador, me responsabilizo em entrar em contato antes da revogação da procuração e ser responsável pelo pagamento dos honorários contratuais, se houver. + DECLARO que fui alertado sobre as custas processuais e dos riscos de improcedência da ação, bem como eventual penalidade de sucumbência, mesmo que detentor da gratuidade de justiça. E ainda, multa por litigância de má-fé e custas por omitir informações ou distorcer a verdade.+ Declaro que não me foi prometido prazo nem resultado. + Declaro que autorizei o advogado acessar todos os dados necessários nos cadastros disponíveis, cujo conteúdo tenha relação com o objeto da ação ou que indiretamente poderão repercutir no seu resultado. + **Por meio deste termo, declaro ainda que me comprometo em atualizar as informações prestadas, tão logo eu tome conhecimento.**

Palhoça, **[Data de Publicação]**

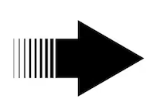
**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Empresa] , CPF/CNPJ n. [Status]**

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

**[Empresa],**inscrito(a) no CPF n. **[Status]**, devidamente qualificado(a) no instrumento de procuração anexo DECLARA, com fins de pleitear os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, e artigo 98 da lei nº. 13.105/15, que é juridicamente pobre, eis que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da justiça, especialmente das custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento; ciente de que pela falsa declaração de pobreza o declarante responde civil, penal e administrativamente, de conformidade com a legislação vigente.

Palhoça, **[Data de Publicação]**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Empresa] , CPF/CNPJ n. [Status]**